

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA**

**REQUERIMENTO Nº DE 2015**

**(Do Sr. Valmir Assunção)**

**Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de Convite ao bispo diocesano de Dourados Dom Redovino Rizzardo , para participar de audiência pública a fim de tratar sobre a demarcação de terras indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul.**

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, da Lei 1.579, de 1952 e art. II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que ouvido o plenário desta Comissão seja convidado, o bispo diocesano de Dourados Dom Redovino Rizzardo, para participar de audiência pública a fim de tratar sobre a demarcação de terras indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul.

**JUSTIFICATIVA**

Importante se faz que possamos receber as contribuições para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito a participação do bispo diocesano de Dourados Dom Redovino Rizzardo, que ao longo dos quinze anos em que tenho a alegria de residir no Mato Grosso do Sul, foram inúmeras as vezes em que os Bispos do Estado nos manifestamos a respeito dos conflitos entre indígenas e produtores rurais. O religioso cita que

nos 17 municípios que formam a Diocese de Dourados vivem em torno de 35 mil índios e 70 mil agricultores. Dom Redovino contraria a opinião dos fazendeiros que acusam o Conselho Indigenista Missionário, o CIMI, de estimular as invasões. “Pensar assim é o mesmo que desconhecer a inteligência dos índios, afinal são os seus líderes que definem se vão ou não ocupar as terras, não o Cimi. O Cimi apenas conscientiza os índios sobre os seus direitos, assim como a Federação dos Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), também cuidam dos interesses dos produtores rurais”, opinou Redovino.

Para tanto solicitamos o apoio aos nobres para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 2015.

Deputado Valmir Assunção (PT-BA)